

Cognição incorporada e dialética hegeliana: o espírito na música

Nilo Rafael Baptista de Mello¹

UFRJ/PPGM

SIMPOM: *Composição*

nilomell@gmail.com

Resumo: A essência do estudo da cognição reside na curiosidade acerca do modo através do qual se dá a percepção do mundo pelo ser ou acerca do sentido de mundo a que chega esse ser. Ainda que, à primeira vista, aparente ser estritamente filosófica, esta discussão verte-se, também, de um caráter inegável de concretude, na medida em que se trata de compreender algo vivenciado diariamente por todos: no cotidiano, nas relações pessoais e sociais, no intervir consigo mesmo, sob absolutamente todos os aspectos da vida privada ou pública, ainda que de forma inconsciente. O presente artigo é resultante de etapa de pesquisa bibliográfica em curso que visa à discussão do papel da fenomenologia de Hegel (1992) como precedência histórica de uma psicologia fenomenológica husserliana, da virada dos oitocentos para os novecentos, que enquanto novo modo de fazer filosofia plantou definitivamente as bases de uma ciência experimental que resultou na pesquisa cognitiva da atualidade. Mais especificamente, discute-se a estruturação do pensamento sob a ótica hegeliana e em que medida se pode aplicar essa lógica mental à construção estabelecida pela audição, em sua conceituação sob a égide da cognição incorporada do entendimento musical, em seus diversos aspectos. A fim de buscar entender o processo de formação do sentido musical, esta pesquisa realiza incursão ao meio através do qual a mente humana pode chegar a esse entendimento e, nesta empresa, obtém, durante este caminho inicial, resultados que podem ser considerados substanciais para o avanço do estudo.

Palavras-chave: cognição incorporada; espírito; esquemas de imagem

Bodily Cognition and Hegelian Dialectics: The Spirit in Music

Abstract: The essence of the cognition study resides in the curiosity about the ways the being can perceive and make sense of the world. Though this discussion seems to be essentially philosophical, at first glance, it also has undeniable concrete characteristics. It deals with comprehending something that is lived on a daily basis by every person: in day to day life, in personal and social relations, under absolutely all aspects of private or public life, even if in an unconscious way. The present article is the result of the current phase of a bibliographic research that intends to discuss the role of Hegel's (1992) phenomenology as historical precedent to a Husserlian phenomenological psychology, from the 18th to the 19th centuries, which has established the basis for an experimental science, thus resulting in present cognitive research. More specifically, the structure of thought on a Hegelian basis is discussed, as well as the point to which one can apply that mental logic to the mental construct of

¹ Orientador: Dr. Marcos Vinício Nogueira.

musical meaning under the bodily cognition theory. As it seeks to understand the process of musical meaning formation, this research tries to understand the means human mind has to get to this understanding in, in doing so, manages to obtain important results in this first step of the referred research.

Keywords: Bodily cognition; Spirit; Image schemata.

1. Introdução

O caráter ubíquo do assunto compreensão de mundo gera, constantemente, assunções que acabam tomadas como verdades absolutas, baseadas no senso comum, sem questionamentos. Perceber o mundo é intrínseco a cada um, que o faz sem grandes dificuldades, na maioria das vezes, de forma inconsciente. É por essa essência espontânea que a construção do entendimento do mundo é tratada muitas vezes como indiscutível e é, justamente sob essa luz, então, que se pode perceber a importância do estudo da cognição humana. No que concerne à aplicação dessa lógica ao entendimento musical, as tais verdades absolutas abundam ainda em maior quantidade. Talvez pelo caráter de arte abstrata da música, a discussão acerca de seu entendimento e dos processos mentais que levam à montagem de uma significação do discurso sonoro seja muitas vezes tomada com receio. Com efeito, o estudo de fenômenos essencialmente mentais espora uma roupagem que muitas vezes acaba obscurecida na subjetividade em demasia, ensejando mais desavisados a logo lhe classificar de pouco científica.

Tal fato não poderia estar mais distante da realidade, no entanto. Recorre-se, desta monta, à Filosofia como disciplina sob a qual se assentam os conceitos para levar a cabo uma eficiente discussão desse assunto. Em se tratando, mais especificamente da Metafísica, para além da discussão acadêmica acerca de sua conceituação, pode-se dizer que esse ramo da Filosofia esteja essencialmente ligado à discussão da essência do que é, segundo uma definição de dicionário. A Metafísica tem sido historicamente um método e disciplina comprometida com a apreensão do entendimento do mundo. Há que se destacar, entretanto, ao longo da história dessa matéria, um ponto de cisão que se reputa como essencial para a discussão aqui proposta. Ao longo de sua existência, a Metafísica sofre uma interpretação que importa em uma separação ontológica entre o ser, aquele que percebe, e o mundo, percebido pelo primeiro. Diferentes correntes filosóficas, até então, entendiam essa separação, ainda que valorassem esses elementos de forma diversa entre elas, enquanto qual seria a substância ou o caráter efetivo desses elementos. Dito de outra forma, a metafísica preocupava-se sobretudo com o

caráter do mundo percebido, entendendo haver uma realidade e uma separação imanente entre ser e mundo, que devia ser superada através da análise desse mundo, posto, pelo ser.

2. A filosofia de Hegel e o conceito de Espírito

Kant (2013) é expoente dessa interpretação, expoente do idealismo: haveria um mundo das ideias, oposto ao mundo real, que teria de ser percebido e conceituado nas ideias. A superação desse modo de ver kantiano passa, essencialmente, por Hegel (1992) ao extrapolar o entendimento kantiano em sua *Fenomenologia do Espírito*, originando, então, esse conceito. Assim, o mundo ideal e o mundo real aproximavam-se, na medida em que o entendimento hegeliano reputava que haveria uma distância menor do que inicialmente pensada por Kant (2013) entre ambos. O dualismo claro, objetivo, percebido por Kant (2013) em sua *Metafísica*, assim, se rarefaz em Hegel (1992), onde sujeito e objeto ou sujeito e mundo, por vezes, confundem-se. A metafísica hegeliana determina uma ruptura, ou um passo adiante, no fazer filosófico metafísico, na medida em que estabelece o conceito de espírito como força motriz principal do conhecimento. Concebe espírito como a “essência que se consoma por meio do seu desenvolvimento” (HEGEL, 1992, p. 22).

Historicamente, tal qual a cognição, a metafísica idealista funda-se na separação mais ou menos radical entre realidade e mente, no sentido de que a consunção do sentido dá-se dentro de uma mente, alheia ao mundo de início e que teria por objetivo aproximar-se desse mundo, através do conhecimento. Nesse estágio do pensamento humano, entender-se-ia haver uma dissonância inicial entre consciência e verdade, que deveria ser superada à medida que essa consciência tornava-se cada vez mais desperta. Até então, a verdade era concebida como um outro do conhecimento, tendo este último, por missão, debruçar-se sobre essa verdade de forma lógica e consistente, sem que fizesse juízo de valor, a fim de alcançar essa verdade. Dito de outra forma, concebia-se o universal como situado para além do conhecimento e como sendo o objeto de estudo desse conhecimento, que teria por missão sua apreensão objetiva, tal qual ele é. O grande problema que se pode observar nesse procedimental diz respeito à “contaminação” do objeto observado pelo instrumental da potencialidade do ser, ou seja, a imediação inicial, ao ser mediada pelos mecanismos de que dispõe o ser para sua apreensão, passa a utilizar como caminho até o ser esses mecanismos, interferindo no que está a perfazer essa rota do universal para o interior do ser. Ora, em se filtrando o universal por esse aparato, não se poderia conceber uma pureza tributária da imediação inicial. Assim,

Caso se considere o conhecimento como um instrumento dotado de uma capacidade de apreender o universal, não há nenhuma possibilidade de escapar da dúvida quanto a se a própria aplicação do instrumento não produziria uma transformação no conteúdo propriamente dito do universal. Eu conheço o universal a partir de minhas potencialidades cognitivas e procuro construir a partir dessas potencialidades o caminho que conduz até o universal. Em meio à própria aplicação dessas potencialidades, contudo, acabo por determinar o universal invariavelmente em relação com essas potencialidades e com a minha subjetividade como sede de tais potencialidades. (CASANOVA, 2013, p.43)

Não se pode pressupor, assim, que o universal se apresentaria em sua verdade própria, da mesma forma que se apresenta através da mediação desse aparato cognitivo do ser. Trata-se, portanto, de uma questão estabelecida em torno da incerteza. Ou da certeza. Certeza de não se poder dizer, depois de compreendido o aparato cognitivo humano como instrumento da percepção humana e como ferramenta das possibilidades de entendimento, que o instrumento não altera o modo de ser da coisa sobre a qual ele se debruça, em sua ânsia de compreensão. De modo diverso, também não seria possível retirar-lhe tal ânsia, opondo-lhe um papel passivo. Ainda que assim fosse, e se fosse possível uma atitude de vontade, de atividade do universal até a consciência, haveria a interferência no universal do caminho deste até a consciência, se esta fosse compreendida como tendo um caráter absolutamente passivo. O meio seria, aqui, óbice à pureza, fonte da contaminação, não se podendo ainda falar em deslinde puro, ou fruição imediata, porque ao atravessar esse meio, em direção à recepção do conhecimento, o universal interage com o caminho, modificando-se.

Não se dissocia a realidade em si da realidade para o indivíduo. Em verdade, Hegel (1992) põe em questão a assunção mesma de que exista uma realidade em si. À medida que a investigação do objeto pelo ser vai-se dando, a partir já do primeiro instante de debruçamento do espírito, motor do conhecimento sobre o mundo, o *em si* desse mundo retrai-se, tornando-se mundo *para* o ser. Assim, na investigação da realidade o mundo torna-se o mundo conhecido do ser. Não há que se falar em mundo senão dentro da perspectiva mesma do ser, porquanto é dentro das possibilidades cognitivas deste que se desenrola o entender de mundo. Ainda, para Hegel (1992, p. 69): “Mas a natureza do objeto que investigamos ultrapassa essa separação ou essa aparência de separação e de pressuposição. A consciência fornece, em si mesma, sua própria medida; motivo pelo qual a investigação se toma uma comparação de si consigo mesma, já que a distinção que acaba de ser feita incide na consciência”. Com efeito, a cisão entre objeto e ser tem de ser aparente, não havendo como proporcioná-la sem comprometer sobremaneira a investigação do objeto.

É, portanto, Hegel (1992) quem primeiro propõe uma redefinição radical do horizonte de fundamentação do conhecimento, com sua fenomenologia do espírito, superando o impasse da separação entre objeto e mente, a partir do entendimento de que não haveria nenhuma outra possibilidade de determinação da verdade senão a partir de uma subjetividade em que se dá a análise dessa objetividade, ou seja, de que a subjetividade é o âmbito por excelência de assunção e existência da objetividade, não podendo dela se cindir, sob pena de frustrar o objeto mesmo da atividade do conhecer. Para Casanova (2013, p. 48): “Não há no idealismo absoluto hegeliano nenhuma verdade para além da consciência ou do pensamento que se acham imersos no elemento da verdade. A própria verdade, não é ela mesma outra coisa senão um modo específico de determinação da consciência”. Assim, tem-se, a partir de então, uma supressão da distância hipotética entre ser e objeto, entre sujeito e mundo, entre atitude cognitiva e verdade, que passam, por conseguinte, a confundir-se na realidade produzida.

O processo hegeliano embora não seja propriamente dividido pelo autor em partes, pode ser melhor compreendido a partir do entendimento triádico de Casanova (2013), em que pese fins didáticos. Esse autor acena com uma composição do processo de Hegel (1992) que possui, segundo aquele autor, um princípio, um ponto de partida, uma força motriz, combustível para sua concreção, uma finalidade, objetivo geral ou ponto de chegada. Um momento primitivo da consciência representaria um estado inicial de imediação, onde se encontraria soberana a indeterminação. Nesse estado inicial, o saber ou a consciência não possuiriam determinação alguma em si, sendo, portanto, desprovidos de qualquer experiência de si mesmos, sequer tendo clareza acerca de ser exatamente a instância por excelência da determinação do real. Esse estado embrionário da consciência, permeado pela indeterminação, seria imediação pura, estando consignado ao entendimento de que a determinação do real estaria, portanto, para além dela mesma, pela falta de mediação e, conseqüentemente, de qualquer tipo de determinação que poderia iniciar um processo de conceitualização. Tal ponto de partida, no entanto, não subsiste de maneira duradoura, sobretudo quando se entende que esse estado de imediação é prontamente perturbado no exato momento em que a consciência se descobre consciência imediata. A impossibilidade de a consciência permanecer imediata acontece justamente no mínimo instante em que ela se percebe como tal. Não é senão a partir desse momento, que a imediação se mostra tão difícil de ser mantida pela consciência, que, assim, parte para o processo de supressão dessa imediação, justamente na tentativa de dizer ou conceitualizar o que se apresenta de forma imediata. Essa mera tentativa implica em uma determinação que, por sua vez, faz uso da

mediação, automaticamente tornando o imediato mediável. E não haveria outra possibilidade: a consciência é, por excelência, o lugar da determinação da realidade, não subsistindo nada fora dela, em um mundo que não aceita o *em si* como verossímil ou possível. É nesse sentido que, perscrutando a verdade do outro, traz a consciência para si a determinação, experimentando a si mesma como verdade. Assim:

Também enunciamos o sensível como um universal; o que nós dizemos é: esse, o esse universal; ou: é; ou seja, o ser em geral. Nós não representamos nesse caso naturalmente o universal esse ou o ser em geral, mas nós enunciamos o universal; ou nós não falamos pura e simplesmente, mas o visamos nessa certeza sensível. A linguagem, porém, é, como vimos, o mais verdadeiro: nela refutamos imediatamente a nossa opinião, e como o universal é o verdadeiro da certeza sensível, e como a linguagem só expressa esse verdadeiro, então não é de modo algum possível que possamos algum dia dizer um ser sensível ao qual visamos. (HEGEL, 1992, p. 35)

Diante do exposto, é possível entendermos que a teoria hegeliana do conhecimento, com seu conceito de espírito, pode ser interpretada como uma base de fundamentação filosófico-teórica da recente corrente da ciência cognitiva enacionista. Se se pode entender a corrente enacionista contemporânea como uma superação do entendimento dicotômico clássico entre mente e mundo — apartando-se definitivamente desta dicotomia ao focar o *entendimento* não como produto da relação do ser com suas representações do mundo, como propusera o idealismo kantiano, mas na relação do ser com as representações de sua *experiência* do mundo —, há que se reconhecer que tal superação é tributária de uma precursora fenomenologia hegeliana que acompanha ou permeia todo o percurso de mudanças paradigmáticas, que passam pela psicologia fenomenológica husserliana, por seus desdobramentos imediatos, sobretudo pela fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (1994), até alcançar as ciências cognitivas incorporadas do final do século passado.

3. Essencialidade do espírito e esquemas de imagem

A ideia de *incorporação* na ciência cognitiva da contemporaneidade está diretamente relacionada à interpretação de um entendimento que não pressuponha, em verdade, a separação simplória entre *ser* e *mundo*. De fato, já desde a teoria kantiana, em que o autor questiona o limite da percepção humana, essa pretensa dicotomia vem sendo relativizada. Com bases iniciais na experiência do idealismo kantiano, Hegel (1992) contribui de forma fundamental para a superação de tal paradigma, ao propor o conceito de espírito como motor de um *moto perpetuo* que leva inevitavelmente ao reencontro da consciência consigo mesma. Toda perscrutação não é senão uma comparação do percebido exatamente

com uma ideia de mundo; é recolher impressões, modificá-las mediante uso dos sentidos, sintetizando nova impressão.

Mas exatamente como seria dado um ponto de origem para tal movimento? A primeira impressão ou o primeiro recolhimento de informações que, posteriormente, estaria à disposição para o *moto* espiritual tem de ter origem, sem exceção, no próprio ser. Mais ainda, origina-se a partir do ferramental de que esse ser dispõe em sua busca por mundo. É a partir de um tal ponto que Johnson (1990) revisita a ideia kantiana de conhecimentos a priori, que mediariam esse perceber-o-mundo. Há, entretanto, em Johnson uma diferença fundamental: ao contrário de Kant (2013), o autor justifica a criação desse conhecimento apriorístico, que seria derivado diretamente das possibilidades físicas do corpo, canal de entrada por excelência de todo e qualquer estímulo que se possa dizer percebido ou sentido. A teoria dos esquemas de imagem de Johnson (1990), que asserete existirem categorias imanentes na mente, alimentadas pela percepção corpórea humana também vislumbra uma explicação para a produção de metáforas, na tentativa de conceituar o abstrato.. De fato, Johnson (1990) entende que todas as informações sensoriais que chegam à mente derivam em maior ou menor grau da inserção do corpo, meio disponível pelo ser humano para conhecer o ambiente, no mundo. Assim, tais categorias, chamadas de esquemas de imagem, não seriam senão arquétipos de sensações corporais insculpidas na mente. Seria, inclusive, a partir de tais arquétipos que, desenvolvidos, poder-se-ia chegar à construção metafórica, ou seja, o entendimento metafórico não seria senão uma dada aproximação de sensações impressas na mente por esses arquétipos às mais diversas situações e sensações que, ainda que não fossem exatamente apresentadas no mesmo contexto dos esquemas, remontariam de uma forma ou de outra, às sensações insculpidas no entender humano por essa experiência corpórea. Assim:

Embora um dado esquema de imagem possa emergir inicialmente como uma estrutura de interações corporais, ele pode ser desenvolvido figurativamente e estendido como uma estrutura em torno da qual o sentido é organizado como níveis mais abstratos de cognição. Essa elaboração e extensão figurativa geralmente toma a forma de uma projeção metafórica do campo das interações físicas sobre o chamado processo racional, tais quais reflexão e a construção de inferências a partir de premissas. (JOHNSON, 1990, p. 34)

Esse ponto de partida, nesse sentido, teria de ser necessariamente relacionado a um esquema de imagem, arquétipo de sensações corpóreas insculpidas nos estágios mais promórdios da inteligência humana, constituindo-a enquanto se constituem elas mesmas. Ora, a teoria mesma da perscrutação hegeliana, ao indicar que não pode sobre o objeto debruçar-se o sujeito sem que este o contamine com justamente o ferramental (que é inerente ao sujeito)

utilizado para a análise daquele objeto, parece justificar em verdade o motivo de não se poder tentar um entendimento para o processo em que esteja contemplada a separação mecânica entre sujeito e objeto. Não haveria, de fato, senão uma distância inicial ilusória, imediatamente reconciliada pela perscrutação em si. Estariam o sujeito e objetos afastados por essa distância inicial, ligada mesmo à imediação. No imediato, portanto, e somente neste ponto, haveria que se falar em distância. E, no entanto, tal distância tenderia ao infinito, se se fala aqui de imediação, *stricto sensu*. E não poderia jamais ser diferente: a partir da primeira mediação, qualquer que fosse, sob qualquer ótica, sob o uso de qualquer ferramental disponível, cessa ou diminui a distância que, sendo determinável, então, passa a se aproximar do objeto. E embora à primeira vista se venha falando em distância, sob uma análise mais minuciosa chega-se ao fato de que tal distância é, em verdade, falaciosa. Explica-se: efetivamente, a mediação aproxima o sujeito cognoscente de seu objeto de perscrutação. A análise de Hegel (1992), no entanto, não se refere exatamente ao objeto, mas à certeza de conhecimento do objeto tida pelo cognoscente. A partir da consciência, de uma ideia de objeto e de uma certeza de determinação, dá-se a análise do conceito. Observa-se que a análise é do que o cognoscente entende pelo objeto e não do objeto em si. Nesse sentido, a própria consciência fornece a medida sob a qual se vai ultimar a própria análise de sua imagem de objeto, ou seja, a consciência debruça-se sobre si mesma, inexistindo, por óbvio, distância. O objeto não existe por si, mas para uma consciência que, a partir de re-análises constantes modifica a si mesma. A aproximação entre sujeito e mundo, em Hegel (1992), mais tarde retomada pela fenomenologia husserliana trazida para o campo específico da percepção pela fenomenologia de Merleau-Ponty (1994), desagua nos avanços promovidos pela psicologia cognitiva dos 1960 e 1970 e na metáfora conceitual da linguística cognitiva dos 1980, superando em definitivo o representacionismo ainda vigente ao longo de toda essa trajetória.

A cognição incorporada parte, efetivamente, do pressuposto de que não há que se falar em separação entre ser e mundo, entre cognoscente e objeto conhecido. Não haveria, em verdade, um mundo dado, posto, que estaria pronto a ser descoberto pelo ouvinte. E não há lugar mais apropriado para se ter a exata e concreta medida de tal teoria do que o espaço musical. Com efeito, a música, por ser essencialmente dependente de uma espacialidade temporal, apresenta todos os elementos com os quais se podem demonstrar a eficácia dessa teoria. O objeto imaginário, abstrato, porque a música não se pode ver, tampouco tocar; a reincidência da análise, repetição e re-análise do ouvido, a cada vez que se reitera por meio da escuta; o processo mnemônico de recolhida de eventos, a comparação da consciência consigo

mesma, sob roupagem, agora, dos esquemas de imagem. Quanto ao objeto, pode-se entender a definição de música como abstrata de maneira polissêmica: é tanto abstrata por não ser palpável, quanto por existir tão somente na mente de quem a ouve, dentro da cabeça do ouvinte e com significados atribuídos por este, construída por este e entendida, de forma exclusiva, por ele. No que se refere ao processo mnemônico e reincidência da análise, parece clara a dialética hegeliana: a mente, ao acessar a memória de longo prazo, recolhendo eventos passados que, trazidos à tona são imediatamente comparados a eventos que foram criados a partir da depurações de dados recebidos na memória ecóica, feita por grupos de neurônios especializados, realiza a análise de si mesma, dando a si própria a medida desta mesma análise. Os esquema de imagem, sob guarda da memória, vêm à tona sempre que solicitados, ainda que a tais arquétipos seja dada outra roupagem a cada vez que são rememorados: o que se rememora, efetivamente, é como que um esqueleto, deixando os novos eventos, na interação das memórias, modificarem, a cada análise, sua roupagem. Assim, a síntese apresenta-se como efetivamente um cruzamento de uma ideia de certeza do objeto com sua re-análise sob a égide de novos eventos.

Referências

- BAARS, B.J; *A Cognitive Theory of Consciousness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BREGMAN, Albert S. *Auditory Scene Analysis: The Perceptual Organization of Sound*. United States of America: The University of Chicago Press, 1987.
- CASANOVA, Marco Antônio. *Eternidade Frágil: Ensaio da Temporalidade na Arte*. Rio de Janeiro: Via Vérita, 2013.
- EDELMAN, G.M. *The Remembered Present: A Biological Theory of Consciousness*. New York: Basic Books, 1989.
- HEGEL, G.W.F. *Phänomenologie Des Geistes*. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.
- JOHNSON, Mark L. *The Body in The Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination And Reason*. United States of America: The University of Chicago Press, 1987.
- KANT, Immanuel. *Kritik Der Reinen Vernunft*. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MERLEAU - PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção* São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- SNYDER, Bob. *Music And Memory: An Introduction*. United States of America: The MIT press, 2001.